



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS EM SALAS COMUNS: UM
ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA**

Maria de Fátima Costa Vieira

Feira de Santana, BA, Brasil

2010

**A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS EM SALAS COMUNS: UM
ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA**

por

Maria de Fátima Costa Vieira

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação Especial.

**Feira de Santana, BA, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de Especialização

A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS EM SALAS COMUNS: UM ESTUDO DE
CASO DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

elaborado por

Maria de Fátima Costa Vieira

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profª Ms. Fernanda de Camargo Machado
(Presidente/Orientador)

Michele Quinhones Pereira

Aline Dubal Machado

Feira de Santana, BA, Brasil
2010

RESUMO

As políticas públicas têm instituído a proposta de inclusão no sistema regular. Diante dessa realidade, o objetivo deste trabalho é discutir como vem se constituindo a abordagem de educação bilíngue para surdos a partir do estudo de caso de uma escola no município de Feira de Santana. Para tanto, essa pesquisa de cunho qualitativo utilizou como instrumentos de coleta de dados a observação passiva e entrevistas semi-estruturadas com alunos surdos e professores. A partir da realização desse trabalho, proponho uma problematização sobre as diferenças implicadas na educação de surdos que passam a ser confrontadas com as propostas de inclusão.

Palavras-chave: inclusão, educação bilíngue, surdez.

SUMÁRIO I

1. INTRODUÇÃO.....	03
2. UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS.....	05
3. ABORDAGENS EDUCACIONAIS.....	10
4. METODOLOGIA.....	13
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
6. REFERÊNCIAS.....	23
ANEXOS.....	25

1. INTRODUÇÃO

As maneiras de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as formas ouvintes, mas os atos discriminatórios são cada vez mais frequentes, pois alguns indivíduos insistem em rotular as pessoas surdas como incapazes só por causa de sua deficiência.

Contudo, apesar desse olhar arraigado em relação à deficiência proponho olhar a surdez, inspirada nas discussões antropológicas, é preciso, portanto, que as formas de inclusão/exclusão desses sujeitos sejam debatidas no âmbito das pesquisas educacionais. Nessa perspectiva, surgiu o interesse em debater o processo de inclusão dos alunos surdos, isto se deve ao fato de trabalhar a 12 anos com alunos surdos, percebendo as particularidades culturais, advindas da sua língua viso-gestual.

Diante do fracasso em oralizar o sujeito surdo, em normalizá-los, submetendo-os a treinos da linguagem oral, contribuíram para que as novas abordagens surgissem. Entre essas novas propostas, surge a abordagem bilíngue.

A perspectiva Bilíngue para surdos constitui-se numa proposta educativa baseada no reconhecimento político da surdez enquanto diferença linguística. Esta abordagem despontou no cenário educacional como uma explanação que visava não somente modificar a escolarização para surdos, norteadas pelo constante fracasso escolar, mas, também, para ir de encontro às práticas pedagógicas assumidas em abordagens educacionais como o Oralismo e a Comunicação Total¹ que permearam ou de certa forma permeiam a educação de surdos nos diversos contextos educacionais.

Nesse direcionamento, o presente estudo visa discutir o papel do professor de surdos no contexto de escola comum, focalizando as práticas pedagógicas, durante a construção de conhecimentos na sala de aula e na sua constituição enquanto sujeito.

Para tanto, essa pesquisa tem como questão norteadora: Como vem se constituindo as práticas de educação bilíngue de surdos em contextos inclusivos?

¹ No decorrer do trabalho será abordado o assunto Oralismo e comunicação total

O presente trabalho justifica-se pelo fato da inclusão social ser entendida como acesso pleno aos bens e serviços comunitários, o usufruto integral incondicional das conquistas científicas, sociais e culturais da modernidade, bem como o favorecimento à participação e representatividade políticas.

No que tange às pessoas com deficiências, a inclusão social se traduziu, entre outras questões, nas demandas por maior acessibilidade urbana, por uma inserção competitiva das pessoas deficientes no mundo do trabalho. Nesse contexto, também a escola comum vem sendo chamada a pensar na inclusão educacional.

Assim, o centro da atenção é transformar a educação comum para eliminar as barreiras que limitam a aprendizagem e participação de numerosos alunos e alunas. Partindo dessas considerações, evidencia-se a importância de um estudo sobre a inclusão as práticas educacionais inclusivas empreendidas com os alunos surdos para fomentar o debate.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral: verificar e problematizar as práticas educacionais inclusivas com alunos surdos em uma escola de Feira de Santana.

Sendo assim, a pesquisa se desdobra em três capítulos, sendo o primeiro caracterizado pelos aspectos históricos relativos ao atendimento ao surdo e a sua educação, pois, para se falar dessa temática é necessário dirigir o olhar no tempo, para verificar como o surdo foi educado ao longo da história em todo mundo, inclusive no Brasil. O propósito aqui é fornecer uma visão geral da trajetória histórica e tentar entendê-la em seus aspectos relevantes para esta problemática.

O segundo capítulo vem tratar da educação Bilíngue e do Oralismo, levantando a importância de se educar o surdo desde os primeiros anos de vida, ensinando-o a Língua de Sinais, condicionante para sua formação enquanto indivíduo autônomo e sujeito de suas ações.

O terceiro capítulo, fala da pesquisa em si, dos aspectos que tiveram maior relevância, analisando categorias que contribuíram para explicar e responder aos questionamentos da pesquisa.

2. UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Nos tempos mais remotos, os surdos eram considerados incapazes de serem ensinados por isso eles não frequentavam escolas. Os indivíduos surdos, principalmente os não oralizados (que não fazem uso da linguagem oral) eram proibidos de casar, possuir ou herdar bens e viver como os demais indivíduos. Assim, privados de seus direitos básicos, ficavam com a própria sobrevivência comprometida (LACERDA, 1998).

Em outras palavras, o surdo sofreu em sua vida cotidiana, em muitos momentos influências e pressões de normalização e assimilação à língua e a cultura dos ouvintes desencadeando uma confusão de identidades, que acabaram interferindo seu convívio social.

Quanto à educação, ao longo dos séculos aconteceram progressos e retrocessos, muitas vezes os surdos foram discriminados e taxados de seres inferiores, desqualificados (essa concepção persistiu por mais de dois mil anos e ainda persiste em alguns espaços).

Durante a Antiguidade e por quase toda a Idade Média pensava-se que os surdos não fossem educáveis, ou que fossem imbecis. (MOORES apud LACERDA, 1998). Sobrevivendo em época de sofrimento, de privação e de pobreza extrema, o surdo não encontrava meio de desenvolver nenhuma atividade, porque também o trabalho lhe era negado.

Até o século XV, não havia interesse algum na educação dos surdos, sendo estes relegados à marginalidade na vida social. Não havia direitos assegurados, nem uma cultura suficientemente desenvolvida que os aceitassem em sua diferença. No final deste século e início do século XVI surgiram pessoas ouvintes que tentaram ensinar aos surdos.

Girolamo Cardano (1501-1576) foi o primeiro a declarar que o surdo era capaz de pensar, compreender e fazer relações entre as coisas e fazer representações de objetos. Seu modelo se baseava na associação de figuras desenhadas para representar a realidade, constituindo um sistema lógico que viabilizava construções coerentes e denotava a existência de uma mente racional capaz de elaborar conceitos.

Outro que investiu na educação do surdo foi Pedro Ponce de Leon (1520-1584), um monge beneditino espanhol que utilizava, além de sinais, treinamento da voz, oralização e leitura de lábios. Ele fundou uma escola de professores surdos.

O espanhol Juan Pablo Bonet (1712-1789), em 1620, publicou na Espanha o primeiro manual de educação de surdos, no qual trata da invenção do alfabeto manual de Ponce de Leon.

O século XVIII destaca-se pelas grandes concretizações em relação à educação dos surdos. Foi nesse período que várias escolas foram fundadas para esta clientela. A educação progrediu bastante, pois, em alguns espaços foi incorporada a língua de sinais, o que facilitou no processo de aquisição de conhecimento escolar.

Esse período que agora parece uma espécie de época áurea na história dos surdos testemunhou a rápida criação de escolas para surdos em todo o mundo civilizado; a saída dos surdos da negligência e da obscuridade; sua emancipação e cidadania; a rápida conquista de posições de eminência e responsabilidade – escritores, engenheiros, filósofos intelectuais surdos, antes inconciliáveis, tornaram-se subitamente possíveis. (SACKS, 1989, p.37)

Neste século o abade francês Charles Michel de L'Epeé (1712-1789) foi outro educador de surdo que fez sucesso, este sucesso foi em decorrência da instrução de duas crianças surdas. Seu trabalho baseou-se na utilização de sinais em um sistema que incorporava a língua falada gerando os “Sinais Metódicos”.

Em 1775, fundou uma escola, a primeira em seu gênero, com aulas coletivas, onde professores e alunos usavam os chamados sinais metódicos. Seus alunos manejavam bem a escrita e muitos deles ocuparam mais tarde o lugar de professores de outros surdos. (LANE E FISCHER apud LACERDA, 1998, p. 2)

A escola fundada por L'Epeé, o “Instituto de Surdos e Mudos de Paris”, utilizava no trabalho pedagógico uma abordagem gestualista (a qual se utiliza de um sistema de sinais para se comunicar).

A utilização dos sinais ainda continuava sendo aceita na educação de surdos, assim como a participação de professores surdos. Mas, o Oralismo, abordagem educacional que percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada através da estimulação auditiva (GOLDFELD, 1997) foi conquistando espaço e modificando o cenário que imperava.

A partir do século XVIII foram criados espaços educativos com a principal finalidade de educar crianças surdas. Nestes espaços eram divididos em dois

grandes blocos: aqueles que defendiam a educação pela oralização – abordagem oralista; e aqueles que defendiam a língua de sinais utilizada para surdos – abordagem gestualista.

No século XIX (1880), no Congresso Mundial de Professores de Surdos (Milão/Itália), chegou-se a conclusão de que todos os surdos deveriam ser ensinados pelo método Oral Puro, ou seja, pelo oralismo. Este congresso foi um marco na história da política institucional de erradicação da língua de sinais, e também da exclusão radical dos profissionais surdos do ambiente educacional.

É válido ressaltar que neste congresso onde a maioria dos participantes era de ouvintes, foi decidido o futuro educacional dos surdos; estes principais interessados sequer foram consultados. Nesse momento ficou definido que a melhor forma de educação do surdo seria aquela que utilizasse unicamente o oralismo.

A partir do Congresso de Milão, a oralização passou, então, a ser o objetivo principal da educação das pessoas surdas. Mas para que elas pudessem dominar a língua oral, o ensino de disciplinas como História, Geografia e Matemática, foi relegado a segundo plano. A queda do nível de escolarização do surdo foi inevitável.

As atas finais do Congresso delinearam as novas propostas educacionais e as políticas públicas do final do século XIX ao século XX, aproximadamente até 1970. Indicavam que:

Considerando a incontestável superioridade da palavra sobre os signos para devolver o surdo à sociedade e para dar-lhe um melhor conhecimento da língua, (...) o método oral deve ser preferido ao da mímica para a educação e instrução dos surdos-mudos (...). O congresso, considerando que os usos simultâneos da palavra e dos signos mímicos têm a desvantagem de inibir a leitura labial e a precisão das idéias, declara que o método oral puro deve ser preferido (GRÉMION, 1991, p. 195).

Nessa perspectiva, o trabalho escolar se baseava em obrigar os alunos surdos a não executarem e nem a se comunicarem através de qualquer tipo de sinais, os professores surdos e seus auxiliares foram dispensados de todas as escolas e dos institutos.

No século XX, em especial a partir da metade final da década de 1990, com a garantia do direito de todos à educação, a propagação das idéias de inclusão das pessoas com necessidades especiais e o aprimoramento das próteses ortofônicas (aparelhos de surdez) fizeram com que as crianças surdas de diversos países passassem a ser encaminhadas para as escolas regulares.

No Brasil, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação passaram a coordenar o ensino das crianças com deficiência - grupo onde ainda são inseridos os surdos, apesar das lutas em torno de narrativas que exaltem a potencialidade de sua diferença - quando surgem as Salas de Recursos e Classes Especiais para surdos, além de algumas Escolas Especiais, mantidos por recursos públicos ou privados.

Para tornar mais compreensível a abordagem do tema em questão, é importante a definição de alguns termos fundamentais utilizados nas leis, apresentados para designar a educação especial. A Constituição do Brasil (1988) utiliza, no artigo 208, a expressão “pessoas portadoras de deficiência, incluindo, neste universo, pessoas com deficiência mental, visual, auditiva, física, motora, deficiências múltiplas, autismo, distúrbios severos de comportamento, distúrbios de aprendizagem e superdotação”.

O processo de incorporação dessa clientela na escola regular denominava-se integração, sendo que os portadores de deficiência deveriam acompanhar os currículos das escolas regulares, tendo que, necessariamente, adaptar-se ao espaço escolar.

O conceito de pessoas com necessidades educativas especiais, apresentado na Declaração de Salamanca (1994, p. 18), relaciona “a expressão necessidades educativas especiais referindo-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem”.

Fortalece que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras, com utilização de uma pedagogia equilibrada, capaz de beneficiar todas as crianças.

Na atualidade, é fundamental observar que essa nova proposta fortalece a necessidade de transformações sócio-educacionais, que promete respeitar a diversidade humana em contextos de educação inclusiva. Nesse processo, a integração é substituída por um termo de maior abrangência, renomeada por inclusão que, segundo Stainback (1999, p.178), significa “o processo de criar um todo, de juntar todas as crianças e fazer com que todas aprendam juntas”.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96) define dentre as normas para a organização da educação básica, a possibilidade de

avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado e oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Nessa perspectiva, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que determinam que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso ou difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

O Decreto nº 5.626/05 regulamentou as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo critérios e normas para a promoção da acessibilidade as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Posteriormente o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando à inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão de Libras como a disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/ interprete de Libras, o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e organização da educação Bilíngüe no ensino regular.

Assim, é visível que no decorrer dos tempos os surdos foram estigmatizados, postos de lado, pois sua diferença foi e ainda é vivenciada como desigualdade. Sendo socializada com essa crença, muitos indivíduos surdos aprenderam e se enxergou como incompleto e viveu a surdez como um segredo a ser ocultado (BOTELHO, 1999).

Constituídos deficientes e lembrados continuamente disso, foram assujeitados pelos discursos dos quais fizeram parte, cada vez que técnicos, pais e amigos os chamavam de deficientes auditivos. Foram feitos deficientes quando foram poupados nos conteúdos disciplinares, tornados simplificados pela ignorância da escola, comum ou especial, que pretendeu ensinar-lhes uma língua compartilhada. Foram feitos deficientes quando foram empurrados caritativamente de uma série escolar a outra, como se deles não se pudesse esperar nada além do ponto a que chegaram. Foram feitos deficientes quando especialistas os proibiram de compartilhar a companhia de outros surdos numa mesma classe, com o propósito hipócrita de evitar a formação de guetos e a disseminação de uma língua inútil, segundo eles, para a integração social. (SOUZA e GÓES, 1999, p. 183)

Diante do quadro apresentado percebe-se que dos tempos mais antigos onde os surdos eram concebidos como seres inferiores até os dias atuais, quando se começa a percebê-los como seres humanos dotados de inteligência, a educação dos surdos passa a ter uma dimensão que precisa ser pensada e organizada a fim de garantir ao aluno surdo uma educação que possibilite o seu pleno desenvolvimento.

Assim, dentre os pontos discutidos e os fatos que contribuíram para o início da educação de surdos, desde a Antiguidade aos tempos atuais passa-se a focalizar os acontecimentos mais relevantes, que colaboraram para o início do trabalho educacional com o surdo no Brasil.

Conhecer a trajetória da educação dos surdos contribui para uma maior compreensão acerca das principais abordagens educacionais adotadas nesse processo.

3. ABORDAGENS EDUCACIONAIS

No decorrer da história educacional do surdo, é necessário destacar as abordagens educacionais utilizadas em diferentes épocas: Oralismo, que predominaram em diferentes fases. Historicamente, constata-se que nas duas primeiras fases (que vai desde o fim do século XIX ao final da década de 70 do século XX) o Oralismo e a Comunicação Total predominaram em praticamente toda educação do surdo; na terceira (atual), o Bilingüismo é um processo que se encontra em processo de construção.

No entanto, é relevante frisar que não há uma sucessão ou substituição linear de uma abordagem por outra. O que se pretende dizer é que ainda há resquícios de Oralismo e Comunicação Total ainda nos dias de hoje.

O Oralismo, uma das abordagens educacionais, que ainda continua sendo utilizada em muitos contextos escolares do mundo tinha como objetivo principal que o surdo se adaptasse ao mundo ouvinte, que este se comportasse como se não fosse surdos, que se aculturasse, que falasse, e que rejeitasse a surdez.

Segundo Skliar (1997), o Oralismo é considerado pelos estudiosos uma imposição social de uma maioria sobre uma minoria lingüística. O Oralismo predominou em todo mundo até a década de 60 do século XX, concebia a surdez como um déficit que devia ser minorado por meio da estimulação que viabilizaria o aprendizado da língua oral e levaria o surdo a integrar-se na comunidade ouvinte.

[...] a proposta oralista resulta hegemônico porque reflete com fidelidade uma representação implícita que a sociedade ouvinte construiu do surdo, isto é, uma concepção relacionada com a patologia. O surdo é considerado uma pessoa que não ouve e, portanto não fala. É definido por suas características negativas: a educação se converte em terapêutica, o objetivo do currículo escolar é dar ao sujeito o que lhe falta, a audição, e seu derivado: a fala. (SKLIAR, 1997, p. 81)

A segunda abordagem é concebida pela idéia de Comunicação Total. Devido aos resultados pouco satisfatórios do oralismo, no que diz respeito à educação dos surdos, foram iniciados estudos na década de 60, que concorreram para a formulação de novas propostas pedagógico-educacionais, sendo que estes tomaram impulso nos anos 70, tendo como finalidade propiciar o desenvolvimento da linguagem da criança surda.

A filosofia da Comunicação Total tem como principal preocupação os processos comunicativos entre surdos e surdos, e entre surdos e ouvintes. Essa filosofia também se preocupa com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas acredita que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais, não devem ser deixados de lado em prol do aprendizado exclusivo da língua oral. Por esse motivo, esta filosofia defende a utilização de recursos espaços-visuais como facilitadores da comunicação. (GOLDFELD, 1997, p.35).

Essa abordagem enfatizava a utilização de sinais, leitura orofacial, amplificação e alfabeto digital para fornecer um sinal de entrada lingüístico para estudantes surdos, a fim de que possam se expressar nas modalidades preferidas. O objetivo era fornecer à criança a possibilidade de desenvolver uma comunicação

real com seus familiares, professores e aqueles que viviam em interação, para que pudessem construir seu mundo interno.

A Oralização não era o objetivo em si da comunicação total, mas uma das áreas trabalhadas para possibilitar a integração social do indivíduo surdo. A comunicação total utilizava tanto sinais retirados da língua de sinais usada pela comunidade surda quanto sinais gramaticais modificados e marcadores por elementos presentes na língua falada, mas não na língua de sinais.

A Comunicação Total, apesar de congregar uma miscelânea de artefatos lingüísticos e pedagógicos não conseguiu minimizar as dificuldades escolares apresentadas pelo surdo em sala de aula. E os alunos continuaram com defasagem tanto na leitura e na escrita, como no conhecimento dos conteúdos escolares ministradas em classe.

É que esse acesso é ilusório no âmbito de tais práticas, pois os alunos não aprendem a compreender os sinais como uma verdadeira língua, e desse uso não decorre um efetivo desenvolvimento lingüísticos. Os sinais constituem um apoio para a língua oral continuam de certa forma, “quase interditados” aos surdos. “A comunicação total favoreceu de maneira efetiva foi o contato com sinais, que era proibido pelo oralismo, e esse contato propiciou que os surdos se dispusessem à aprendizagem das línguas de sinais, externamente ao trabalho escolar. Essas línguas são freqüentemente usadas entre os alunos, enquanto na relação com o professor é usado um misto de língua oral com sinais. (LACERDA, 1998, p.4)

Essas duas abordagens constituem em grande parte a trajetória histórica da educação de surdos em todo o mundo. Apesar de que seja argumentando que essas, estejam extintas nas instituições escolares, ainda hoje essas abordagens continuam sendo postas em prática no contexto escolar.

A terceira abordagem, a Educação Bilíngue, que é objeto desse estudo, encontra-se em processo de implementação na educação do surdo. Essa abordagem começa a ganhar força a partir da década de 80 do século XX. Segundo essa filosofia, o surdo deve adquirir primeiramente, como primeira língua, a língua de sinais, considerada a sua língua natural. Somente como segunda língua deveria ser ensinada a língua oficial do país, mas preponderantemente na sua forma escrita.

O Bilinguismo é uma proposta de ensino que tem sido utilizada por escolas que se propõe tornar acessível ao surdo duas línguas no espaço escolar: a língua de sinais (LIBRAS) e a língua portuguesa (no caso do Brasil), em sua modalidade

escrita. Essa abordagem percebe a surdez como diferença lingüística, e não como deficiência a ser normatizada através da reabilitação, como no Oralismo.

4. METODOLOGIA

O presente estudo se desenvolveu numa perspectiva qualitativa, visando enfatizar a interpretação do contexto em que está inserida a pesquisa, a fim de se atingir os seguintes objetivos específicos: Pesquisar uma instituição escolar, que trabalha com uma política inclusiva no processo educacional de surdos; analisar as abordagens educacionais empreendidas com os alunos surdos; problematizar os efeitos dessas práticas. Por isso a escolha da escola onde foi realizada a pesquisa é pautada em uma proposta de trabalho de educação dos surdos na proposta de inclusão.

A escolha por essa abordagem se deu pelo fato de que no estudo qualitativo, o pesquisador é imerso no contexto e, na perspectiva interpretativa de condução da pesquisa.

Os métodos qualitativos são apropriados quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende à quantificação. Normalmente, são usados quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa. Para aprender métodos qualitativos é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas. (LIEBSCHER apud DIAS, 1998, p.1)

Nessa perspectiva o tipo de análise escolhido foi o estudo de caso, por ser uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente.

O estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidentes e onde múltiplas fontes de evidências são utilizadas. (YIN apud BRESSAN, 1989, p.23)

Caracterizando-se por abranger importantes informações do tema que se está pesquisando, bem como seu processo de desenvolvimento. Uma vez que,

Visa conhecer o seu “como” e os “porquês”, evidenciando a unidade e identidade próprias. É uma investigação que se assume como particularidade debruçando-se sobre uma situação específica, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico (MARTINS, 2002, p.01).

Sendo assim, busca-se, através desses referenciais teóricos, a fundamentação para sustentar a importância da atuação de sujeitos engajados na educação do país, para o desenvolvimento da cidadania e de uma sociedade democrática.

4.1. ANÁLISE DA PESQUISA

A pesquisa foi feita em uma escola pública municipal, situada no município de Feira de Santana, no estado da Bahia, a qual trabalha com a proposta de Educação Inclusiva, sendo a mesma composta de classes especiais e inclusivas. As classes especiais atendem somente a alunos surdos, pela necessidade da garantia da LIBRAS a esses alunos. Esta pesquisa foi realizada no período de 01 de fevereiro a 12 de março de 2010.

O corpo discente é formado por educandos com e sem deficiência, encontram-se matriculados alunos com deficiência visual, deficiência mental, deficiências físicas e surdos, sujeitos dessa pesquisa.

A escola onde foi feita a pesquisa, trabalha com a proposta de Educação Inclusiva tendo um projeto educacional, cujo objetivo é incluir alunos com deficiência na sala de aula e na sociedade como um todo, tendo em vista que a escola deve preparar o discente para a vida. É nesse sentido que no projeto político pedagógico da escola (PPP) contempla um subitem específica sobre as aulas de contraturno de Libras.

Essa instituição adotou essa política de inclusão desde 2004, e caminha na perspectiva de melhorias, ou seja, está sempre revendo o que foi feito e o que pode ser feito e/ou refeito.

A escola dispõe em sua estrutura física de uma Sala de Recursos Multifuncional, na qual existem profissionais que atendem também às especificidades dos educandos surdos e conta com profissionais intérpretes que atuam nas classes inclusivas e nas oficinas pedagógicas.

A ação pedagógica envolve profissionais especializados que assessoram o educando junto ao professor, nas salas de aula inclusivas e especiais. Presta atendimento especial individualizado no contraturno, na Sala de Recursos, além de

oferecer oficinas pedagógicas: informática, dança, linguagem, jogos matemáticos e de fisioterapia com ênfase na educação postural.

Contudo, este estudo foi realizado com o corpo docente-administrativo, formado pela diretora, coordenadora e professoras das salas inclusivas e especiais e com o corpo discente surdo da instituição. Entretanto, os sujeitos da pesquisa aos quais foram selecionados apenas cinco deste corpo docente administrativo (três professores, a coordenadora e a diretora) serviram como amostragem para a pesquisa. Por uma questão de postura ética, o nome da escola e dos participantes não serão revelados, bem como qualquer informação que permita identificá-los.

A diretora (D) da escola é Pedagoga e Psicopedagoga, está como diretora da instituição há 6 anos; a coordenadora (C) é Pedagoga, Especialista em Psicopedagogia e em Educação Inclusiva, tem vários cursos na área da surdez, trabalha com surdos há 3 anos; a professora (F1), possui o Curso Normal Superior, tem vários cursos de capacitação em LIBRAS e trabalha com surdos há 11 anos, leciona nas classes especiais de 3ª e 4ª séries, com alunos surdos, jovens e adultos, ela ministra as aulas em LIBRAS, não há necessidade de intérprete na sala pois, a professora domina a LIBRAS.

A professora (F2) possui formação em Pedagogia, possui também cursos de capacitação na área da surdez, promovidos pela Secretaria da Educação do Estado/Ministério da Educação–MEC, trabalha com surdos há 10 anos, atualmente leciona nas classes especiais de 1ª e 2ª séries.

O professor de sala inclusiva (F3) é formado em Pedagogia e Matemática, leciona nas turmas de 5ª a 8ª séries, já fez cursos de formação continuada patrocinados pela Secretaria Municipal de Educação de LIBRAS e BRAILLE e trabalha com alunos surdos há 5 anos, suas aulas são ministradas com o suporte de um intérprete para traduzir o que é falado pelo professor aos educandos com surdez, pois o professor (F3) conhece pouco a LIBRAS, mesmo com os cursos que fizera anteriormente.

Os educandos que estão inseridos nesta instituição, são ouvintes, surdos e cegos, com faixa etária de 07 a 20 anos, distribuídos em séries do Ensino Fundamental I e II, em salas inclusivas e especiais. Os surdos e cegos, ao serem matriculados na escola devem levar um exame médico, com um laudo, depois passam por uma equipe de psicopedagogos da Secretaria Municipal de Educação e

assim são encaminhados para a escola. Os surdos levam um laudo de audiometria para informar, qual o nível de surdez.

Para esta pesquisa procurou-se utilizar instrumentos que garantissem o melhor aproveitamento das informações. Os instrumentos utilizados foram: a Observação Passiva, na qual o pesquisador tem contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela [...] o procedimento tem um caráter sistemático, pois existe uma estrutura dirigida de observação (MARCONI e LAKATOS, 2006).

As observações foram feitas no decorrer das visitas efetuadas à escola, seguindo um roteiro de observação (anexo II), essas foram feitas principalmente durante os intervalos dos educandos, no qual aconteciam de fato as interações entre os discentes.

Outro instrumento utilizado foi à entrevista, que tem como objetivo principal obter informações do entrevistado sobre determinado assunto ou problema. O tipo de entrevista escolhido foi a semi-estruturada, pois essa permite ao entrevistado “ter liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada [...] as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversa informal” (MARCONI e LAKATOS, 2006, p.94).

Para as entrevistas foram feitos contatos iniciais e cordiais a fim de estabelecer um vínculo amistoso, explicando-se a relevância da pesquisa, os objetivos e a necessidade de colaboração dos sujeitos da instituição. Foram formuladas perguntas padronizadas, porém, com caráter aberto com o intuito de iniciar a entrevista, mas com o decorrer da mesma surgiu outros questionamentos que foram respondidos no processo.

As respostas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados. Contudo, as entrevistas realizadas com os surdos necessitaram do auxílio de interprete, e posteriormente suas respostas serem registradas através de manuscritos. O término das entrevistas foi bastante tranquilo, gerando um clima de cordialidade, para que em outros momentos, as portas não se fechassem, para a busca de demais informações futuras.

Dentre muitos aspectos observados e vivenciados procurou-se nessa pesquisa eleger algumas questões que atendessem às finalidades do estudo

fazendo-se um paralelo entre os dados coletados e os teóricos estudados no decorrer da pesquisa.

Qual será a função da escola, que tem no seu Projeto Político Pedagógico a Educação Inclusiva? A Declaração de Salamanca (1994, p.21) anuncia:

O princípio fundamental que rege as escolas integradoras é de que todas as crianças, sempre que possível, devem aprender juntas, independentemente de suas dificuldades e diferenças. As escolas integradoras devem reconhecer as diferentes necessidades de seus alunos e a elas atender; adaptar-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem das crianças e assegurar um ensino de qualidade por meio de um adequado programa de estudos, de boa organização escolar, criteriosa utilização dos recursos e entrosamento com suas comunidades. Deveria ser, de fato, uma contínua prestação de serviços e de ajuda para atender às contínuas necessidades especiais que surgem na escola.

Frente a essa necessidade, percebe-se que a escola tem um papel fundamental na formação desses sujeitos que possuem alguma diferença, seja ela surdez, cegueira ou qualquer outra. A função da instituição escolar é acolher e dar suporte educacional a fim de atender as especificidades de cada um.

Na escola onde foi realizada esta pesquisa existe uma matrícula significativa de alunos com deficiência, porém a escola precisa observar as peculiaridades do processo educacional do educando surdo para propiciar ao discente um maior aproveitamento. Pois, segundo DORZIAT (1999, p.35), "... a escola de surdos deve estar atenta a questões educacionais mais amplas, tendo em vista as restrições sociais, familiares e, sobretudo, o perfil de muitos surdos adultos atuais, herdeiros de um ensino oralista"

Ou seja, a escola deve estar atenta ao histórico social-educacional que os educandos surdos possuem, e analisar como deverá ser encaminhado esse educando, se possui conhecimentos de língua de sinais, dentre outros como: língua portuguesa, matemática e outrem; ou àqueles que são praticamente analfabetos, e direcioná-los, comparando os níveis de aprendizagem e encaminhando-os à suas respectivas salas inclusivas (salas que contém discentes surdos e ouvintes) ou especiais.

Como relatado na seção anterior, alguns docentes possuem formação específica para o trabalho educacional com alunos surdos, já que são profissionais que estão se especializando nesta área em especial. No contexto analisado, a questão da formação faz grande diferença nas práticas educacionais, pois são os profissionais qualificados que fazem toda a diferença em um espaço educativo ao

mediar seus educandos e assim proporcionarem uma verdadeira aprendizagem significativa.

A escola pesquisada tem a preocupação de encaminhar os discentes a partir de suas necessidades, aqueles que têm um domínio maior no conhecimento de LIBRAS, são direcionados para as salas inclusivas, em vista destas, em particular, possuem intérpretes que traduzem as aulas para os estudantes surdos, logo há a necessidade do domínio da língua de sinais. E o que têm menos ou nenhum conhecimento são direcionados às salas especiais, as quais são compostas apenas por surdos.

Levando em consideração a forma como o surdo foi visto ao longo da história, a educação tem hoje um importante papel na formação desse sujeito, com isso o trabalho escolar deve traduzir os conhecimentos, as habilidades e as atividades necessárias à formação de um novo cidadão.

Porém, para que isso aconteça é fundamental que a escola trabalhe com os surdos, conteúdos culturais vivos atualizados utilizando por exemplo: álbuns com figuras, fotografias que retratem os diversos tipos de realidade de objetos, que dará suporte para os discentes com surdez, relacionar os sinais às figuras, com isso irá propiciar o acesso a todo tipo de conhecimento.

Não é um caminho de direção única em que aparece apenas o professor como autoridade que domina os conteúdos, mas um vaivém, conforme expressão de Snyders (1981) entre a própria experiência dos sujeitos interessados e a formação técnica e organizadora que lhes permite uma cultura elaborada. (DORZIAT, 1999, p.35)

A metodologia utilizada na escola para dar conta da educação do surdo deve levar em conta suas particularidades. Na escola em questão os recursos são limitados, o que pode comprometer o trabalho, pois no processo de ensino e aprendizagem do surdo é preciso trabalhar tendo em vista a singularidade de seu processamento cognitivo, que é visual.

Outra questão que a escola deve observar na educação dos surdos, no que diz respeito à compreensão das LIBRAS enquanto língua, com toda sua organização, pois muitos surdos utilizam uma linguagem gestual, criada no contexto familiar e que na maioria das vezes não tem relação com as LIBRAS o que dificulta o processo de aprendizagem deste educando. Isto é, existem discentes surdos filhos de pais ouvintes que desconhecem a língua de sinais e acabam inventando sinais:

Observa-se que a relação que se estabelece no contexto familiar tem uma interferência significativa no processo educacional do aluno surdo. Ou seja, pode se constituir em entrave a relação dos surdos com pais ouvintes, pois os pais desconhecem a LIBRAS e a maioria não se interessa em aprender, dificultando o trabalho, pois o que o estudante constrói e reconstrói na escola, em casa, muitas vezes, acaba de certo modo desconstruindo.

Não esquecendo que é preciso levar em conta que colocar o estudante surdo em contato com as LIBRAS é essencial para o aprendizado e desenvolvimento do surdo, não só em sua vida educacional como na sua vida social. Uma forma de incentivar mais isto seria um curso de Libras para os pais poderem se comunicar mais com seus filhos.

Para que se possa vislumbrar esse tipo de ensino, é necessário, cada vez mais, que a escola pública se firme enquanto detentora de responsabilidades pedagógicas específicas, contribuindo para a construção de sociedades mais justas. Esta é uma tarefa ampla e complexa, que requer dos sistemas de ensino um novo direcionamento e uma nova organização. Esse novo precisa ser construído a partir do já existente, pelos atores da educação – os professores, os alunos, as famílias. (DORZIAT, 1999, p.35)

Percebeu-se nessa instituição que o objetivo maior é o de proporcionar aos educandos surdos um ensino que realmente dê suporte não só para escola, mas para a vida, tomando a educação bilíngüe como uma das vias para conseguir alcançar esse objetivo, buscando integrar todos no contexto não só educacional, mas, principalmente social.

No entanto, como qualquer processo, verificam-se dificuldades, tais como um número muito grande de alunos em sala de aula e apenas um professor para atender todas as demandas existentes, assim como ter uma quantidade insuficiente de intérpretes nas salas de aula.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado foi possível compreender a importância da Educação Bilíngue, a influência na formação do sujeito surdo, de como a escola concebe este tipo de educação e absorve o surdo dentro do contexto e da condição Bilíngue. Isto é, o surdo deve ser inserido no ambiente, no qual (referente à escola) todos nesse contexto estejam envolvidos nessa proposta, para que assim a Educação Bilíngue realize-se de fato. No entanto, ser Bilíngue implica mais que duas línguas em contato. Implica toda uma organização escolar alinhada a essa proposta.

Perpassando pela história, percebe-se que desde a Antiguidade, no qual o surdo era visto como um indivíduo incapaz de aprender e se desenvolver em uma sociedade, com o decorrer dos séculos da Idade Média começou a percebê-lo como um ser dotado de inteligência que merecia ser alfabetizado e integrado à sociedade. A partir daí começou-se “a corrida” para descobrir qual a melhor proposta educacional a ser utilizada com os surdos.

Foram muitas as tentativas de educação para os surdos, aquelas que fizeram do surdo um ser facilmente manipulado ao bem querer dos ouvintes, como o Oralismo, que tratava a surdez como uma doença a ser curada, aproximá-lo de um ouvinte, vir a falar a imposição da oralidade como requisito para a integração dele na sociedade e esquecer que era surdo, e a Comunicação Total que tinha como finalidade proporcionar ao educando surdo uma miscelânea de artefatos linguísticos-pedagógicos (sinais, leitura orofacial, amplificação e alfabeto digital, dentre outros) para que este se utilizasse de um deles para se comunicar, que também não surtiu efeito.

A Educação Bilíngue ou Bilinguismo, que visa ensinar a língua de sinais como primeira língua e partir dessa ensinar a língua majoritária na modalidade escrita, e os demais conhecimentos possibilita também ao sujeito surdo desenvolver a auto-estima e valorizar a diferença na qual está inserido, e partir daí significar o mundo de acordo com as aprendizagens adquiridas nesse processo.

Assim, cabe perceber que no ensino Bilíngue, pouco adianta ter uma proposta por escrita fundamentada e não ser executada, ou a presença de surdos se a escola ignora os sistemas de referência, de leitura de mundo e os contextos vivenciados

intra e extra-escolar, que as crianças e adultos teceram em LIBRAS e em direção oposta, os impede de agir de acordo com os valores ouvintes na relação com seus alunos surdos.

Como em muitas outras instituições que “integra-se” a política inclusiva, mas pratica a exclusão na inclusão, colocando os discentes com surdez nas salas ditas inclusivas e o professor não sabe trabalhar com essa diferença e em consequência segrega, desestimulando o educando a estudar, dentre outros fatores.

Por fim, essa pesquisa trouxe um recorte da realidade educacional do município de Feira de Santana, na Bahia, tendo em vista o objetivo de entender como vem se constituindo as práticas de educação bilingue de surdos em contextos inclusivos. A investigação mostrou que naquele contexto específico, há a tentativa de realizar um trabalho afinado com a proposta bilingue no contexto da educação inclusiva para surdos.

Porém muitas ações precisam ser realizadas nessa escola, como ter acesso a mais recursos didáticos que auxiliem melhor aos surdos, a questão da formação em LIBRAS de todos os funcionários da instituição; uma maior quantidade de profissionais, para dar um suporte maior aos professores a fim de otimizar os atendimentos individuais. Apesar de que, a escola faz o possível para possibilitar aos discentes um atendimento de qualidade, porém não depende só da boa vontade da instituição, infelizmente.

Existem propostas na escola de capacitações dos funcionários, de melhorar o quadro de profissionais, mas essas são ações que dependem de políticas burocráticas que retardam o processo de desenvolvimento dessas questões. Mas que a gestão da escola não desanima e continua buscando alternativas para viabilizar o processo de aprendizagem dos alunos surdos.

É justamente essa gestão participativa que promove ações que são fortalecidas e regulamentadas no projeto político pedagógico da instituição de ensino, respeitando as características individuais de cada educando e acreditando que todos são capazes de aprender, desde que se estructurem possibilidades, se estabeleçam estratégias na reordenação de práticas escolares

Aquele espaço de educação propicia relações recíprocas e dialéticas, buscando eliminar estigmas, rótulos e etiquetas que classificam comportamentos.

Assim, mesmo com as dificuldades mencionadas, a intenção é trabalhar as necessidades de sua clientela surda a partir de mediações no processo de aprendizagem com atividades desafiadoras, que estabelecem conflitos interiores e promove a verdadeira inclusão social.

E como pesquisadora e integrante da equipe de corpo docente da escola em estudo, esse trabalho possibilitou um vislumbre tanto da importância dessa pesquisa na escola como na minha formação profissional. Visto que foram despertados novos olhares e perspectivas de como trabalhar de uma forma significativa com os educandos promovendo uma verdadeira inclusão, induzindo o ambiente pesquisado a aquisições de novas metodologias e aprimoramento das já utilizadas com intuito de oferecer uma melhor educação inclusiva.

De fato, políticas mais efetivas de inclusão escolar, como responsabilidade do Estado, necessariamente reclamam maior compromisso da escola pública e revisão das formas de relação dos sistemas de ensino com as instituições especializadas, até porque estas têm dependido de modo crescente de verbas educacionais e vontade política.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, Paula. Surdos oralizados e identidades surdas. In **Atualidade da educação bilíngue para surdos**/ Carlos Skliar organizador. - Porto Alegre: Mediação, 1999, 149-164.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução Nº 2 . Diretrizes Nacionais para a Educação Básica do Conselho Nacional de Educação Básica**. 11/09/2001.

BRESSAN, Flávio. **Administração On Line FECAP - Método Estudo de caso**. Disponível em http://www.fecap.br/adm_online/art11/flavio.htm

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Aprovada na cidade de Salamanca, Espanha, no dia 10 de junho de 1994.

DIAS, Cláudia. **Grupo focal**: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. Nov. 1999. 16p.

DORZIAT, Ana. Bilingüismo e surdez: para além de uma visão lingüística e metodológica. In **Atualidade da educação bilíngue para surdos**/ Carlos Skliar organizador. - Porto Alegre: Mediação, 1993, 27-40.

GOLDFELD, Márcia. **A criança Surda** – Linguagem e Cognição uma perspectiva sócio-interacionista. Plexus, 1997.

LACERDA, Cristina B. F. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Cad. CEDES, vol. 19, n. 46, Campinas, Sept. 1998.

MARCONI, Marina de Andrade, e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6ª ed. - São Paulo: Atlas, 2006.

SACKS, Oliver. **Uma jornada pelo mundo dos surdos**. Vendo Vozes, Imogo, 1989.

SKLIAR, Carlos. B. **Educação e exclusão**: abordagem sócio-antropológica em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

_____. A localização política da educação bilíngue para surdos. In **Atualidade da educação bilíngue para surdos/** Carlos Skliar organizador. - Porto Alegre: Mediação, 1999, 7-14.

SOUZA, Regina Maria, e GÓES, Maria Cecília Rafael de. O ensino para surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. In **Atualidade da educação bilíngue para surdos/** Carlos Skliar organizador. - Porto Alegre: Mediação, 1999, 163-188.

ANEXOS:

ANEXO 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

SEXO: () MASCULINO () FEMININO

1. Qual a sua formação profissional?
2. Que relevância tem a sua formação para o aprendizado significativo do aluno com surdez?
3. A libras é utilizada nessa escola fluentemente pelos pais, alunos, professores e funcionários?
4. Como é feita a capacitação para os profissionais dessa área nessa escola
5. A libras está incluída na grade curricular?
6. Houve mudanças no projeto político pedagógico para atender essa clientela?
7. Além do ensino aprendizagem, que serviços são prestados a essa clientela?
8. Os órgãos governamentais legitimam o processo de inclusão social, mas não provem as escolas públicas de recursos para o atendimento educacional de qualidade para todos. e nesta escola, qual a real situação?
9. Segundo os alunos com surdez que estão em salas inclusivas, ainda é norteadada pela obrigação de igualar-se à cultura ouvinte, seguindo os fundamentos linguísticos, históricos, políticos e pedagógicos desta cultura. Você acha que está sendo negada a singularidade do individuo surdo.

ANEXO 2: ENTREVISTA COM OS ALUNOS

SEXO: () MASCULINO () FEMININO

FAIXA ETÁRIA () entre 10 e 12 anos

() entre 12 e 15 anos

() maior que 15 anos

Quanto a situação escolar, o aluno é:

() Primeiro ano que cursa esta série

() É repetente

() Repetiu esta série por mais de uma vez.

1. O que você entende por inclusão?
2. Como você se sente estudando numa classe inclusiva?
3. Você acha que estudar numa classe inclusiva com que a aprendizagem seja melhor? Ou apenas são técnicas de memorização de forma mecânica e descontextualizada?
4. Na escola tem recursos suficientes que auxiliem na aprendizagem do surdo?
5. Os professores são conhecedores das LIBRAS?
6. Na sua sala tem intérprete?
7. Seus pais sabem as LIBRAS?
8. Quem te orienta nas atividades de casa?
9. Você participa de atividade extra-classe?